

LÍDER EM CREDIBILIDADE

O DIA

Assembleia Legislativa decide amanhã quem vai indicar como conselheiro do TCE

Mauro Tapety, do PMDB, é apontado como favorito por enquanto.

24/03/2015 07:48 - Atualizado em 24/03/2015 07:59

[Curtir](#) [Compartilhar](#) [Tweetar](#) [G+1](#)  

A definição em torno do nome que assumirá o cargo de conselheiro no Tribunal de Contas do Estado (TCE) já ultrapassa os cinco meses. Somente agora, a Assembleia Legislativa irá lançar o edital que abre o processo de escolha do novo conselheiro, lugar antes ocupado por Anfrísio Lobão.



Segundo o presidente da Alepi, Themístocles Filho (PMDB), amanhã haverá reunião na casa para decidir quem assumirá o posto. O deputado evita falar sobre o assunto e escolhe não expor suas preferências. Mesmo após o Tribunal ter encaminhado à Casa a declaração de vacância, o início da eleição teve demora devido à busca de um nome de consenso entre o Legislativo e o Palácio de Kamak.

O deputado João Mádison (PMDB) afirma que "se a eleição fosse hoje, o [deputado] Mauro Tapety seria o mais forte", afirma, embora alerte que quem deve tomar esta decisão é a casa e não o seu partido. Mádison reitera que a decisão é da Alepi, embora não descarte apoio do governador neste momento.

A polêmica em torno do nome de Tapety (*foto ao lado*) tem desagradado o PT, por querelas antigas entre o ex-*-deputado* e o partido. No entanto, Themístocles e Wellington estiveram reunidos em busca de um consenso sobre o assunto e parecem ter chegado a uma conclusão. Ainda segundo João Mádison, Tapety é "um candidato que tem um apoio muito grande da casa".

Por: Sarah Fontenelle - Jornal O Dia



Mesa Diretora se reúne hoje para definir edital

Vaga deixada pelo conselheiro Anfrísio Castelo Branco está sendo ocupada pelo conselheiro substituto Jaylson Campelo. Deputados se articulam para eleger Mauro Tapety (PMDB)

Fonte: Assessoria de Comunicação - ALEPI Publicado por: Beto Marques
24/03/2015 08h14 - Atualizado em 24/03/2015 08h19



A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa se reúne nesta terça-feira (23), logo após a sessão ordinária das 11 horas, para estabelecer os prazos do edital para o preenchimento da vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), aberta com a aposentação do conselheiro Anfrísio Castelo Branco. A vaga de Anfrísio vem sendo ocupada pelo conselheiro substituto Jaylson Campelo.



Foto: ASCOM ALEPI

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Themístodes Filho (PMDB), explicou que o objetivo da reunião é definir os últimos detalhes do edital, que deve ser lançado ainda nesta semana. "Vamos definir os prazos, só depois acontece o lançamento do edital", adiantou Themístodes Filho.

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí é composto por sete conselheiros: Luciano Nunes Santos (presidente), Olavo Rebelo de Carvalho Filho (vice-presidente), Abelardo Pio

Vilanova e Silva (corregedor geral), Joaquim Kennedy Nogueira Barros (ouvidor), Lillian de Almeida Veloso Nunes Martins (controladora interna) e Waltânia Maria Nogueira de Sousa Alvarenga (presidente da 2ª Câmara).



Ô vaga difícil!

Mas parece que agora vai acontecer a escolha.
Pelo menos hoje está marcada uma reunião da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa.
Onde vai ser definido e lançado o edital de preenchimento da vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

23/03/15, 16:52

TCE: Mesa Diretora se reúne nesta terça para definir e lançar edital

 Imprimir

 +1 0

 Tweetar 0

 Curtir  Compartilhar 0

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi) vai se reunir nesta terça-feira (23) para definir e lançar o edital de preenchimento da vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE). O encontro deve acontecer logo após a sessão, por volta das 12h30.

Foto: TCE



Segundo o presidente da Casa, Themístocles Filho (PMDB), a reunião servirá para definir os prazos do processo de escolha. Apesar de o parlamentar não confirmar, a previsão é que o edital seja lançado ainda na terça-feira.

"Vamos ter uma reunião amanhã para definir os prazos, só depois é que acontece o lançamento do edital. Precisamos definir os procedimentos e como vai ser o processo", explica Themístocles.

Confira também

Força Nacional sozinha não resolve problema, diz sindicato na Alepi

Blog do Bira: governo retoma o diálogo com a oposição na Alepi

Lilian Martins nega "apreensão" no TCE por demora em eleição na Alepi

Robert Rios: Alepi não tem pressa para escolher novo conselheiro do TCE-PI

Composto por sete conselheiros, a vaga que será disputada é uma das quatro a que o Legislativo tem direito a indicar. As outras três são escolhidas pelo governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa, sendo dois, alternadamente, entre Conselheiros Substitutos e membros do Ministério Público de Contas, indicados em lista tríplice elaborada pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.

Já foram indicados para o TCE na cota da Alepi, dentre outros, os deputados Olavo Rebelo, Xavier Neto e Lilian Martins.

Garantias e Prerrogativas

Segundo o regimento interno do TCE, os conselheiros gozam de algumas garantias como vitaliciedade, somente perdendo o cargo, depois de empossados, em virtude de sentença judicial transitada em julgado; inamovibilidade (não há remoção de comarca) e irredutibilidade de subsídios. Um conselheiro recebe cerca de R\$ 24 mil de salários.

Entre as prerrogativas, o conselheiro não pode ser preso, senão por ordem escrita do Tribunal competente para o seu julgamento, salvo se em flagrante de crime inafiançável e não se sujeitar à notificação ou à intimação para comparecimento, salvo se expedida por autoridade judicial competente.



Deputado Themístocles diz que não fala sobre candidaturas

Candidatos

Apesar de as inscrições ainda não terem sido abertas, pelo menos três candidatos devem disputar a vaga: o jornalista Zózimo Tavares; o delegado Francisco Baretta e um candidato do PMDB, possivelmente o ex-deputado Mauro Tapety ou o prefeito de Picos, Kléber Eulálio. No partido o assunto não é mais comentado.

"Eu não sei sobre candidaturas", disse Themístocles Filho.

Hérton Moraes

herlonmoraes@cidadeverde.com



Impasse na Administração - 23/03/2015 às 13h10

TJ, ALEPI e até o TCE impedem Piauí de receber recursos

COM NOME SUJO! DINHEIRO só para Saúde, Educação, Segurança e Assistência Social

Curtir 5

Tweet 0

g+1 0

Compartilhar

SUA 2ª CHANCE DE FAZER UM ÓTIMO NEGÓCIO

LANÇAMENTO DA 2ª TORRE

TORRE 1 95% VENDIDO

VISITE O STAND DE VENDAS E DECORADO NO LOCAL
AV. MARECHAL CASTELO BRANCO, 911
RESERVA RIO POTY

MAIS INFORMAÇÕES, LIGUE: **86 3301-1600**

SA CAVALCANTE

Há uma verdadeira festa de má administração no estado do Piauí. Um Estado já carente de recursos, os Poderes que o compõem ainda se dão ao luxo de serem tão mal geridos e desinformados, que conseguem atrapalhar a administração pública e a adoção de políticas públicas para atender ao povo.

Não é só a ALEPI que está com o 'nome sujo', o Tribunal de Justiça e até, vejam só, o Tribunal de Contas do Estado estão atrapalhando a obtenção de recursos

federais voluntários, ao contribuir para as atuais restrições do Piauí junto ao Serviço Auxiliar de Transferências Voluntárias, [conhecido](#) por CAUC.

IMPASSE NA ALEPI – SERVIDORA DO SENADO FEDERAL É O PROBLEMA

Uma servidora do Senado Federal cedida com ônus e com salário altíssimo, acima da cifra dos R\$ 30 mil, é um dos empecilhos. Em contato esta semana com o diretor financeiro da ALEPI, Guilherme Melo, ele disse que uma das pendências, a renovação do CNPJ do Legislativo junto à [Receita](#) Federal, já havia sido resolvida, mas no tocante à servidora, cujo nome é mantido sob sigilo, não era de sua incumbência, e sim do diretor administrativo, Leandro Brito.

Porém, o **180** apurou que Guilherme Melo, um ex-governador do Piauí, teria assinado a autorização do recebimento da funcionária, e que disse, só agora, não “sabia” que a cessão era com ônus para a ALEPI. Um passivo foi acumulado e deverá ser negociado com o Senado. O procurador da Assembleia, advogado Valdílio Falcão, ficou de ir a Brasília negociar diretamente com o órgão. A pendência permanece.

Em contato também com o diretor administrativo da Casa Legislativa no Piauí, que é indicado do deputado de oposição Marden Menezes (PSDB), Leandro Brito não sabia informar detalhe algum sobre a situação. Disse que era novato e que ainda estava organizando os afazeres.

PENDÊNCIA NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

No Tribunal de Justiça, que possui dois CNPJ's, existem ao menos duas restrições. Uma delas é na Procuradoria Geral de Justiça e a outra é na Corregedoria de Justiça.

ATÉ TU, TCE?

Até o Tribunal de Contas do Estado, que tem por incumbência constitucional auxiliar o Poder Legislativo na fiscalização pública, possui pendência que impede as transferências voluntárias.



Aqui a questão é a não prestação de contas de movimentação do Fundo de Modernização do Tribunal. Isso porque em 2009 ainda, por não ter havido movimentação deste fundo, os gestores da Corte de Contas deixaram de dar satisfações à Receita Federal, o que deveria ser feito mesmo não havendo movimentação alguma. De todas as pendências esta é a mais fácil.

EM VÃO

Dessa forma, a luta do governo do Estado do Piauí em correr para tirar seu nome do CAUC foi, em partes, em vão, já que o CNPJ - que hoje abrange todos os demais Poderes e órgãos da administração pública direta - passou a figurar novamente no Serviço Auxiliar de Transferências Voluntárias, que atualmente possui vários requisitos fiscais.

IMPEDIMENTOS E EXCEÇÕES

Sendo assim, o Piauí neste exato momento só recebe transferências voluntárias em caráter de exceção e para áreas sensíveis do governo. São elas Saúde, Educação, Segurança e Assistência Social. As demais só depois da resolução desses impedimentos.

Há tempos a Controladoria Geral do Estado enviou ofícios para a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas, informando sobre as pendências e orientando como proceder para resolver o impasse.

Desde o começo do governo o Piauí só recebeu um pouco mais de R\$ 13 milhões em transferências voluntárias. Mas há vários convênios em negociação. Só que enquanto o Piauí estiver com registro do seu nome junto ao CAUC, o dinheiro proveniente desses acordos não será transferido para os cofres públicos do estado.

Clique e veja mais informações no [Blog Bastidores](#).

Repórter: Rômulo Rocha
Publicado Por: Rômulo Rocha